

# MUSEUS E COLEÇÕES COMO FONTES DE PESQUISA HISTÓRICA: O Museu do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (1894-1897)

Suely Moraes Ceravolo<sup>1</sup>

**RESUMO:** O estudo do colecionismo, coleções, gabinetes e museus pode elucidar relações entre instituições e agentes sociais contribuindo para a investigação no campo da história cultural. Os museus dos institutos históricos e geográficos foram pouco pesquisados, caso do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB). Com base no movimento dos museus no Brasil no século XIX, e em parâmetros sugeridos por investigadores apresenta-se resultados de pesquisa em andamento com o objetivo de identificar as formas e tipos de objetos que deram entrada nesse museu e, a partir daí, compreender a noção de história dos membros associados e da sociedade soteropolitana refletida na constituição do acervo. Os resultados parciais apontam no período delimitado para a categoria numismática incluída no escopo de objetos ‘históricos’ indicando que o seu aceite garantia para essa agremiação a posse e presença dessa tipologia de objeto componente obrigatório em coleções do século XIX.

**PALAVRAS-CHAVE:** Colecionismo. Museu. Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

## Museus e coleções como objeto de estudo

O historiador João Carlos Brigola revendo o papel dos gabinetes de curiosidades e museus em Portugal nos século XVII e no subsequente indica em uma de suas obras, ao menos dois aspectos significativos para a investigação desses empreendimentos museológicos: a importância da guarda de elementos da cultura material para a construção mesma da narrativa histórica e, outro, sobre o método de abordagem. No que diz respeito ao método Brigola explica que sustenta o percurso de pesquisa na compreensão do arcabouço filosófico subjacente ao ideário museológico; revê regulamentos, estatutos, procedimentos de coleta ou aquisição relacionando-os ao ambiente acadêmico e das ciências de época; identifica os sujeitos e as carreiras daqueles que lidavam com coleções e museus; aquilata e compara modelos de exposições e perfis de visitaçao associando e relacionando fontes primárias diversificadas de modo a recompor trajetórias<sup>2</sup>. Outro exemplo de pesquisa na mesma linha nos é apresentado por Maria Margaret Lopes ao propor a compreensão dos museus como “ideais em funcionamento” associados ao recurso às fontes<sup>3</sup>. Os dois exemplos citados tratam de investigações que trazem à luz o colecionismo, as coleções, os gabinetes e museus como ponto singular na malha social e cultural denunciando ideologias e ideários culturais e respectivas práticas movimentadas por agentes sociais.

Trabalhos como esses nos servem de inspiração para apresentar os primeiros resultados alcançados sobre o museu do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia (IGHB)<sup>4</sup>. O levantamento bibliográfico demonstrou que os museus dos institutos históricos e geográficos no Brasil ainda são pouco investigados, mesmo que previstos em estatuto. Sobre o assunto encontramos menções mais do que análises ao contrário dos estudos sobre os próprios

institutos<sup>5</sup>. O texto mais profícuo de teor descritivo foi a publicação *Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Breve história ilustrada* (2010), e a separata *O Museu do Instituto Arqueológico. Roteiro de visita* de autoria de José Antonio Gonsalves de Mello (1985), um guia para visitantes<sup>6</sup>. Além disso, encontram-se informações sintéticas sobre esses museus em alguns *sites* de institutos.

Para compreender os motivos que levaram os institutos históricos e geográficos a formar coleções de objetos a tese de Helder Viana (2002) aborda o colecionismo (Bahia e Pernambuco) relacionado a busca do passado como esteio às identidades regionais. Foram os institutos, diz ele, que incentivaram os respectivos estados para recolher “objetos de valor histórico e artístico”, além de atuarem na salvaguarda do patrimônio arquitetônico antigo quando em risco em razão das reformas urbanísticas ocorridas na capital desses estados, a partir das primeiras décadas do século XX<sup>7</sup>.

Comprendemos a instalação do Museu do IGHB na esteira do movimento dos museus no Brasil que, no século XIX, alcançou projeção com instituições como o Museu Nacional (1890; Rio de Janeiro) apontado de “primeira ordem” por Tranquilino Leovigildo Torres, primeiro presidente do IGHB<sup>8</sup>; o Paraense (1890; depois Museu Paraense Emílio Goeldi no Pará) e o Paulista (1895; São Paulo) voltados para a história natural e enciclopedismo. Naquele século foi impulsionada a “cultura de exposições” germinando exposições das quais as exposições universais são exemplares inspirando eventos nacionais e regionais estimulados por Pedro II<sup>9</sup>. Com elos vinculados a contextos e ideologias políticas foi ainda que, naquele século, espocaram museus de arte e de história natural de maior prestígio, considerados, esses sim, científicos, e coleções de natureza variada que se transformaram em museus. A tal conjuntura se alinhou o Brasil da mesma forma que à modelagem das nações momento em que vinha a calhar a criação de símbolos a identificar um povo dotado de uma única alma. Era importante, se não fundamental, evidenciar e estabelecer elementos para caracterizar identidades singulares mesmo que “imaginadas”<sup>10</sup>. Nesse processo os acervos de museus faziam encadear valores atribuídos (de gosto e de memória) às identidades sociais e políticas espelhando a afirmação de sujeitos ou grupos sociais na contínua re-apropriação e, por isso mesmo, de re-significação dos “objetos de cultura”<sup>11</sup>. Constituir o patrimônio de cultura material era, a bem dizer, um modo de pensar a nação; o IGHB estava desse pensamento impregnado.

O surgimento de museus no Brasil não foi então fato isolado. Ao contrário figuravam nos projetos de modernização das elites ao lado de instituições como bibliotecas, escolas, academias, sociedades científicas e hortos seguindo matrizes européias ou norte-americanas

ajustando-as aos trópicos. Museus foram, portanto, um elo a mais a dar curso à modernidade, no caso em questão, a baiana ajudando a legitimá-la.

É preciso acentuar a questão da heterogeneidade das coleções como aspecto importante na configuração de acervos daquele século uma vez que era amplo o horizonte da história natural englobando conjunto de saberes que somente a especialização faria descolar uns dos outros, caso da Antropologia, Arqueologia, Etnografia, Zoologia, Botânica. Esse o modelo oitocentista por excelência. Os museus históricos como tipologia distinta surgirão no Brasil após a década de 1920<sup>12</sup>. Todavia, outras coleções como se disse acima, não eram vistas como científicas incluindo as de “objetos históricos”; o que não significa sua ausência naqueles mesmos conjuntos<sup>13</sup>. Por sua vez, sob o rótulo de “produtos” incluíam-se as Belas-Artes, e em Artes os objetos referentes a usos e costumes de diferentes povos em linha evolucionista, ou seja, desde a antiguidade. Tal característica marcará o colecionismo oitocentista impregnando o perfil dos acervos dos museus também na Bahia<sup>14</sup>, fato observado no contorno esboçado para o museu do Instituto desde o início: um museu de arte, de história, de etnografia e, em certa medida, de zoologia.

Antes de ir adiante uma palavra sobre a demarcação cronológica estabelecida – 1894 a 1897 – período dos primeiros anos de funcionamento do IGHB, ainda no início de suas atividades e a caminho posterior de consolidação que virá segundo Aldo Silva, pela conquista de capital simbólico consequência da produção intelectual de seus membros, pelo enlace cada vez mais próximo com a política local, e pela participação ativa em eventos cívicos importantes para a Bahia como o da comemoração do Dois de Julho, fazendo-o partilhar dos ideais republicanos e gerando frutos de reconhecimento social<sup>15</sup>. Pelo ângulo da história dos museus no Brasil o período coincide com o final da chamada “Era dos Museus” no exterior e no Brasil, seguindo-se a cronologia estabelecida por M. M. Lopes<sup>16</sup>.

## **O Museu do IGHB**

No mês de agosto de 1927, o então diretor do Museu Paulista, Affonso d’Escagnolle Taunay, historiador, membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo chega a Salvador a convite do governador Francisco Marques de Góes Calmon, confrade do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, no momento do confronto entre grupos a favor ou contra reformas urbanísticas de J. J. Seabra<sup>17</sup>. O Instituto instalado em edificação suntuosa na Av. Sete de Setembro desde 1923 (e lá até hoje), contava com um museu nas suas instalações: belo, rico e verdadeiramente brasileiro disse Taunay a certa altura de seu discurso. A coleta de objetos continuou o visitante paulista, representava esforços e sacrifícios dos membros da

agremiação para a glorificação do passado da Bahia e do Brasil. O museu, segundo sua descrição, compunha-se de pinacoteca, mobiliário antigo, documentação decorativa [sic], indumentária e material etnográfico indígena e africano de tão boa qualidade que o levou a afirmar, num certo tom jocoso, que deveriam ficar “a sete chaves” pela possível cobiça de etnógrafos. A arrumação do museu foi outro aspecto que observou e o fez sugerir a Bernardino de Souza, secretário perpétuo do IGHB, historiador e geógrafo, ele mesmo um colecionador de miniaturas de carros de boi segundo memorialistas<sup>18</sup>, que escrevesse o *Manual de technica operatória do arranjador, desinteressado e idealista, de dádivas: para o uso dos directores de museus, arquivos e estabelecimentos congêneres*<sup>19</sup>.

A criação do IGHB, após a infrutífera experiência do anterior Instituto Histórico Bahiano (em 1856), vinha com a missão de cultivar o lugar do nascimento da nacionalidade brasileira instaurando um centro devotado à instrução, à ciência, à literatura e ao desenvolvimento e serviço da história pátria. E, além disso, para ativar energias novas em direção à civilização sem descuidar da moral o que se pode notar pelo emprego da palavra ‘remédio’ utilizada pelo primeiro presidente Tranquilino Leovigildo Torres um ano depois da inauguração<sup>20</sup>. Ideais e objetivos que impunham múltiplos deveres aos associados como zelar pela história regional para ensinar as gerações futuras e acompanhar o movimento que acontecia em outros países posicionando-se como instituição cultural científica para a Bahia<sup>21</sup>. Estavam definidas as diretrizes para guiar os associados, muitos deles personalidades de prestígio político e econômico ocupando posições de importância no governo. Para cumprir a missão determinada importava a coleta de documentos reconhecidos como os melhores testemunhos de uma época; desejo expresso em sua máxima<sup>22</sup>. Nesse desafio enquadrava-se o museu ao lado da biblioteca e constituição de um arquivo de documentos. No plano político iniciava-se a Primeira República com perspectivas também novas na construção da nacionalidade e identidade brasileira, com ênfase, agora, nos estados e a história regional.

O museu do IGHB estava previsto desde o primeiro Estatuto regulamentando as atividades logo após a instalação em 1894. Nele se lê que seria organizado um museu de “arte, instrumentos e armas, uso e costumes dos indígenas; instrumentos e armas, (...) [e] de objectos que tenham pertencido aos homens notáveis do paiz”, uma exposição de produtos da natureza do solo baiano referente a qualquer ramo da ciência a que estivessem filiados, e a criação de seção, dentro do museu, da fauna “genuinamente bahiana”<sup>23</sup>. Infere-se que, a partir daí, o museu e exposição passaram a compromisso dos agremiados, criando numa cidade até então sem museus oficiais já que o Museu do Estado foi instituído em 1918, um canal para colecionar tudo que se referisse à vida, ao estado de civilização, ao passado dos indígenas em

particular os da Bahia, a história, geografia, arqueologia, geologia, topografia, filatelia e numismática como foi propagado em jornais e correspondências. Dessa maneira, uma infinidade de objetos, amostras e produtos deram entrada no IGHB constituindo o acervo de cultura material do museu e o patrimônio palpável de outros bens como livros e documentos.

Do acervo eclético que foi se formando nos debruçamos sobre os “objetos históricos” uma categoria de artefatos que, em tese, está relacionada a museus históricos. Ana C. Brefe salienta que, os museus históricos, com raízes no Renascimento, reuniram durante muito tempo os mais variados objetos (monumentos, relíquias, curiosidades diversas, vestígios arqueológicos e pinturas) conforme o entendimento da história, mais como alusão ao passado e a vida exemplar de grandes homens do que a vida dos povos<sup>24</sup>. Ao abordar o objeto dito histórico pelo prisma da cultura material Ulpiano B. de Meneses explica que há aspectos sociológicos a considerar evidenciando a posse e a classe social do sujeito (no caso em estudo, a instituição possuidora e os doadores). Há também os atributos externos conferidos de uma “realidade transcendental” vinculando os objetos a fatos ou personalidades memoráveis da história. A história surge aí como qualidade ou dom ‘natural’ decorrente de uma espécie de contágio que, por mecanismos semióticos ou outros, impregna aqueles que não são mais nada do que suportes materiais drenados, no museu ou coleção, do valor utilitário para servirem de mediadores de um plano invisível agregando uma carga maior de representação<sup>25</sup>. Os objetos históricos, continua Meneses, são de natureza retórica e nos museus se apresentam como fetiches (isolados dos fenômenos históricos), metáforas (ilustração) ou de forma metonímica (perda de valor documental para o estatuto de ícone cultural)<sup>26</sup>.

### **As “offertas”**

O IGHB era constituído por sócios - brasileiros ou estrangeiros -, divididos em categorias distintas entre si por privilégios e obrigações. Eram elas: os sócios fundadores, os efetivos, correspondentes, honorários e beneméritos com direito a freqüentar o museu (e a biblioteca e o arquivo) sem que pudessem nada dele retirar<sup>27</sup>. Um dos requisitos para admissão, além do pagamento de jóia (quantia em dinheiro) redundando nos fundos financeiros era o oferecimento de presentes, doações ou donativos incrementando vários acervos simultaneamente como o de documentos, o de livros e o de artefatos. Esses quando indicados diretamente para o museu ficavam a cargo do Primeiro Secretário com a

incumbência de organizar o catálogo em ordem alfabética a constar o nome dos doadores contando, para isso, com o auxílio de um amanuense<sup>28</sup>.

Os presentes eram de fato tão importantes que poderiam substituir a entrega de um trabalho original (ou traduzido) funcionando como regra a ser aplicada, por exemplo, aos sócios efetivos como se pode ler no Capítulo II referente à organização do Instituto:

“Para ser admittido sócio effectivo, deverá o candidato residir na capital do Estado, apresentar ao Instituto trabalho original ou traduzido acerca de quaesquer assumptos (histórico, scientifico ou litterario) a que se propõe o Instituto quer esse trabalho seja inédito, quer já publicado, uma vez que abonar a capacidade do autor, *ou offerecer algum presente de valor scientifico, historico ou litterario sobre o Estado*”<sup>29</sup>.

No entanto, a indicação explícita de presentes destinados ao museu surge no Estatuto de 1894, somente como requisição para os sócios correspondentes (moradores ou não da cidade de Salvador e juízes das comarcas). O mesmo estatuto estabelecia que o julgamento dos bens que chegavam ao Instituto dependia do parecer de comissões tomando por base o valor histórico, científico ou literário desde que significativos para o estado da Bahia<sup>30</sup>. Nesse primeiro momento, as atribuições das comissões se mesclavam entre si com pequenas diferenciações. O que se tem como certo no período tratado é a entrada contínua de ofertas para o Instituto fazendo urgir a conquista de uma sede própria justamente pelo volume crescente do acervo geral. Em 1897 o Instituto tinha “tudo” num só salão:

...Além da importante galeria de retrato dos reis de Portugal, dos Imperadores do Brasil e de alguns homens celebres, (...) 318 autographos e vários manuscriptos, 47 mappas e plantas, 78 variedades de madeiras do Estado em formato de livros, 2 álbuns de sellos, 3 galerias de homens celebres do país, grande colleção de fosseis e curiosidades naturaes, artefatos e objectos e uso indigenas, grande número de moedas nacionaes e estrangeiras e modelos de moeda papel antigo<sup>31</sup>.

As listas de ofertas eram publicadas na revista institucional na maior parte das vezes com indicação do nome do doador indicando a condição de sócio e, quando não referenciado como ‘cidadão’ ou pela titulação (‘acadêmico’, ‘doutor’) além de enunciar o bem doado. Nesse jogo de trocas de interesses o ofertante via garantida sua contribuição àquele pólo cultural da cidade do Salvador e, ao mesmo tempo, afiançava o ganho de uma distinção pública já que registrada na Revista, certificando um lucro simbólico que, no mais, era conveniente em dupla via.

### **Por um perfil dos “objetos históricos” do IGHB (1894-1897)**

O IGHB foi um dos raros espaços de reunião da intelectualidade baiana voltado para a preservação da memória histórica, e ainda que em atividade nos primeiros anos republicanos não deixou de lado fatos e personagens do período imperial; a questão era forjar o passado assumido como tradição, escamoteando o tema racial e fazendo germinar a história para o Brasil. Esses eram os ideais almejados por uma sociedade “carente de símbolos” para garantir lugar na ordem política republicana situando-a como moderna, civilizada e branca<sup>32</sup>. Na prática o objetivo era o de amearhar documentos, livros e objetos que remetessem a história pátria e a regional formando um grande acervo representativo. Como vimos a própria estrutura organizativa do Instituto facilitava a entrada de presentes (as ofertas) pelos sócios ficando em aberto uma passagem para que indivíduos não associados pudessem contribuir na missão de construir a história da Bahia e do Brasil.

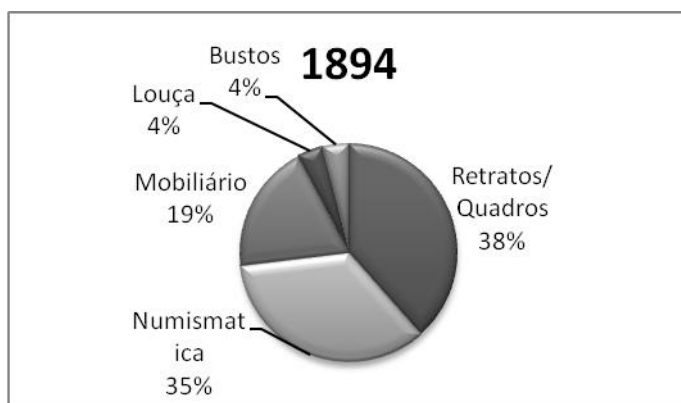
Para mapear o perfil dos objetos ditos ‘históricos’ recebidos pelo IGHB através das ofertas extraímos dados retirados das listas publicadas na RGHB de 1894 a 1897, separando as entradas por tipologia do objeto; cronologia; doador; a coleção ou objeto e período. Tomamos como parâmetro o estudo de Fábio Rodrigo de Moraes ao se debruçar sobre coleções de “objetos históricos” (sempre entre aspas) durante a gestão do zoólogo Hermann von Ihering no Museu Paulista (1894-1916) que formou uma “significativa coleção de História Pátria” a despeito da primazia da história natural. Nessa pesquisa Fábio Moraes consultou correspondências indicando entradas para a secção de numismática (moedas e medalhas), para a de história como diplomas, objetos tridimensionais os mais diversos entre eles mobiliário, armas, peças de indumentária, ferramentas, bustos e telas, retratos ligados a história nacional (período Colonial, Independência e Império) ou de períodos mais recentes o que, segundo sua interpretação diz respeito a “visão de progresso”<sup>33</sup>.

Nas listas nem sempre está explicitado se o bem doado se destinava para o museu. Assim, por exemplo, logo na primeira relação de 1894, uma frase introdutória anuncia que jornais, folhetos, relatórios, memórias e “outros objectos” seriam encaminhados para a biblioteca<sup>34</sup>. Por isso, separamos os livros e documentos que com maior evidência eram encaminhados para a biblioteca dos objetos tridimensionais que, por vezes, surgem adjetivados nas descrições com evidente atribuição de algum valor relativo à posição social de personalidades (“contemporâneos *célebres*”), ora a momentos memoráveis (“Retrato do Imperador Pedro II e a Imperatriz quando receberam as chaves da cidade do Salvador em 6 de outubro 1859”), referenciando épocas passadas (“Grande bacia de louça *antiga*”) ou a história (“Alguns trastes históricos do antigo palácio”) além de telas, quadros, retratos, bustos, moedas e medalhas (agrupadas em numismática), mobiliário e louças que, em geral, compõem

coleções históricas como vimos em Fábio de Moraes. Os artefatos indígenas não entraram nesse cômputo. Os dados foram sistematizados em duas etapas: a primeira elaborando tabelas e depois em gráficos.

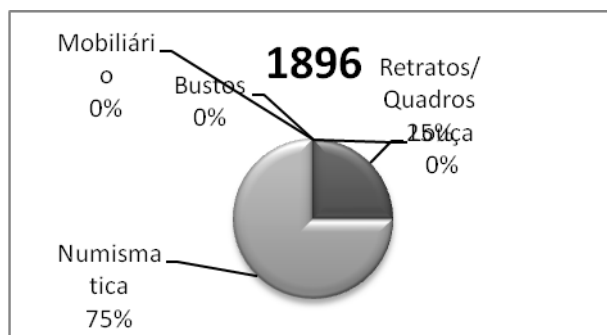
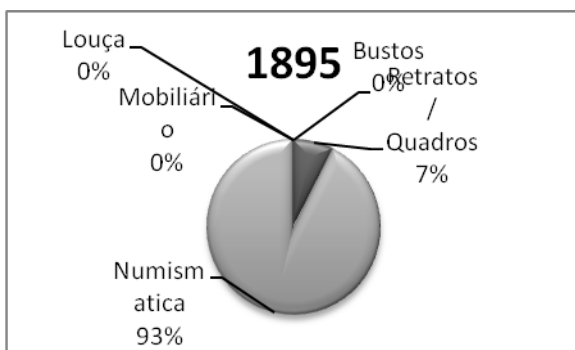
### Moedas e mais moedas....

Com a tabulação dos dados chegou-se aos gráficos que apontaram para o ano de 1894 uma maior entrada para Retratos e Quadros correspondendo a também maior parte das ofertas (38%), seguida pelas moedas (35%) que davam entrada em grandes quantidades:

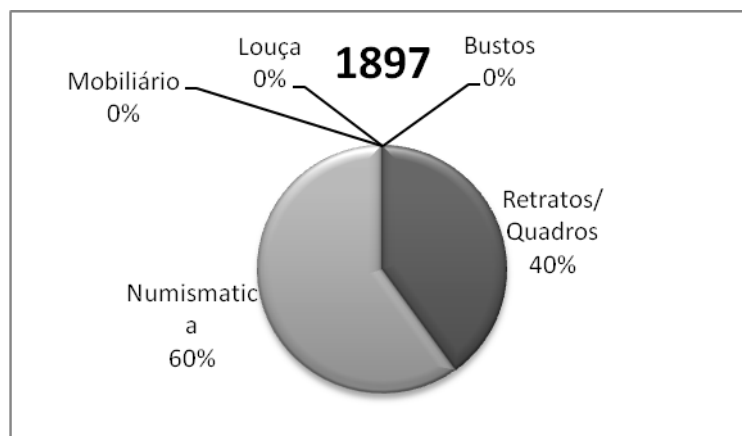


Ofertas registradas na RGHB  
Ano de 1894

Nos anos posteriores – 1895 até 1897 - a parte mais volumosa das ofertas foi de moedas (respectivamente 93%; 75% e 60%). Em 1896 e no ano seguinte Retratos e Quadros parecem contrabalançar aquele volume. Em termos percentuais a doação de peças de outra natureza como mobiliário, bustos ou louça parecem se dissolver perante a presença maior das moedas e medalhas:







Merece destaque o registro nas listas de dois elementos associados às moedas: o metal (ouro, prata, cobre, bronze) e o lugar geográfico de procedência (países europeus, sul americanos, norte América) chamando atenção a grande quantidade doada por vezes pela mão de um só ofertante. Conclui-se que, durante o período em foco o maior e mais constante tipo de ‘objeto histórico’ foram as moedas que, como atesta Fabio Moraes, formavam um tipo de coleção “comum a todos os museus brasileiros do século XIX”<sup>35</sup> e, além disso, tendem, segundo autores, a valorizar o universal como traço tradicional<sup>36</sup>. Coleções de moedas e medalhas entraram em voga desde o século XVII, não raro os antiquários humanistas compunham “gabinetes de medalhas” nas suas bibliotecas. Pode-se dizer que eram componentes obrigatórios nas coleções e o IGHB aceitando-as, nos parece, quis assegurar a posse e presença delas na própria coleção.

<sup>1</sup> Suely Moraes Ceravolo. Profa. Dra. Departamento de Museologia/FFCH/UFBA; PPG História FFCH/UFBA. Pesquisa com apoio PIBIC/UFBA (IC). [sumoce@ufba.br](mailto:sumoce@ufba.br); [sumocem@gmail.com](mailto:sumocem@gmail.com).

<sup>2</sup> BRIGOLA, João Carlos. *Coleccionismo no século XVIII. Textos e documentos*. Porto/Portugal : Porto Editora LTDA, 2009:VII.

<sup>3</sup> LOPES, M. Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica*. Os museus e as ciências naturais no século XIX. São Paulo : HUCITEC, 1997:12.

<sup>4</sup> A pesquisa sobre o Museu do IGHB faz parte do projeto *Coleções e museus na Bahia: século XIX e XX* vinculado ao GP Observatório da Museologia Baiana (Dpto. de Museologia/FFCH/UFBA/CNPq). A bolsista Renata Cardoso (PIBIC/UFBA 2011-2012) sistematizou a leitura das listas de ofertas e elaborou os gráficos aqui apresentados.

<sup>5</sup> Lilia Schwarcz na obra “O espetáculo das raças” trata dos institutos históricos e geográficos (Brasileiro, Pernambucano e Paulista), e os museus (Nacional, o Paulista e o Paraense) não através das coleções museológicas mas os temas tratados nos respectivos Anais (SCHWARCZ, Lilia M.. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo : Companhia das Letras, 1993: 67 ss)

<sup>6</sup> Respectivamente: SOUZA, George F. C. de; NEVES, Fernanda Ivo Neves; LEÃO, Tácito C. Galvão (orgs). *Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano: breve história ilustrada*. Recife : IAHGP, 2010; e MELLO, José Antonio Gonsalves de. *O Museu do Instituto Arqueológico*. Roteiro de visita. Recife : Separata da Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambuco, vo. LVII, 1985: 247-269.

<sup>7</sup> VIANA, Hélder do Nascimento. *Os usos do popular: coleções, museus e identidades, na Bahia e em Pernambuco, do início do século à década de 1950*. Tese. FFLCH,USP, São Paulo, 2002.

<sup>8</sup> Discurso do Exm. Sr. Presidente Dr. Tranquilino L. Torres. *RGHB*, Salvador, 1998, no. 4:149-165.

---

<sup>9</sup> Sobre as exposições provinciais baianas Ver CUNHA, Cinthia da Silva. *As Exposições Provinciais do Império: a Bahia e as exposições universais (1866 a 1888)*. Dissertação. PPG História/FFCH/UFBA, 2010. (<http://www.ppgh.ufba.br/spip.php?article435>) (Acesso em 12.10.2011). BARBUY, Heloisa. Museus, exposições e cidades: cultura visual no século XIX. In *Imagem e Produção do Conhecimento*. São Paulo, Museu Paulista, 2002: 66-87.

<sup>10</sup> ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo : Companhia das Letras, 2008.

<sup>11</sup> POULOT, Dominique. O modelo republicano de museu e sua tradição. In *Inovações, coleções e museus*. *Museus*. Maria Eliza Linhares Borges (org). Belo Horizonte : Autêntica, 2011: 13-24.

<sup>12</sup> MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A exposição museológica e o conhecimento histórico. In *Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna*. Betânia Gonçalves Figueiredo; Diana Gonçalves Vidal (orgs). Belo Horizonte : Argumentum; Brasília, DF : CNPq, 2005: 15-84.

<sup>13</sup> Caso a parte foi o Museu Paulista na gestão de Hermann Von Ihering (1894-1916) em razão da localização do edifício nas colinas do Ipiranga (MORAES, Fábio Rodrigo de. Uma coleção de história em um museu de ciências naturais: o Museu Paulista de Hermann von Ihering. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v.16, 2008:203-233).

<sup>14</sup> Perfil similar ocorreu na constituição do Museu do Estado da Bahia (CERAVOLO, Suelly M. O Museu do Estado da Bahia, entre ideais e realidades (1918 a 1959). *Anais do Museu Paulista*, 2011 ([http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-47142011000100007&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-47142011000100007&script=sci_arttext)).

<sup>15</sup> Sobre os festejos de Dois de Julho Ver ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. *Algazarra nas ruas: comemorações da Independência na Bahia (1889-1923)*. São Paulo : Editora Unicamp/Centro de Pesquisa em Historia Social da Cultura, 1999. Sobre o IGHB - SILVA, Aldo José Morais. *Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Origem e Estratégias de Consolidação Institucional (1894-1930)*. Tese. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/Programa de Pós-Graduação em História. 2006.

<sup>16</sup> M. M. Lopes estabelece quatro fases para o desenvolvimento das ciências naturais e museus no Brasil: das últimas décadas do século XVIII aos primeiros anos da década de 1840; de 1842 aos primeiros anos da década de 1870; de 1876 a 1892 correspondendo a “idade de ouro” do Museu Nacional e iniciativas em outras províncias; 1892 as primeiras do século XX – momento da especialização nas Ciências Naturais e criação de laboratórios para estudos experimentais antes situados nos museus (LOPES, op.cit.:23-24).

<sup>17</sup> José Joaquim Seabra (governador da Bahia a 1912 a 1916; 1920 a 1924) foi influenciado pelas reformas realizadas em Paris por Haussmann. Sobre a demolição da igreja da Sé Ver PERES, Fernando da Rocha. *Protestos contra a demolição da Sé*. Bahia : Universidade Federal da Bahia, Centro de Estudos Baianos, no.127, 1987.

<sup>18</sup> OLIVEIRA, Waldir Freitas. Bernardino de Souza, o historiador. In *Bernardino de Souza: vida e obra*. (org. Consuelo Pondé de Sena). Salvador : Quarteto Editora, 2009: 47-55.

<sup>19</sup> (grifo meu)(O Dr. Affonso de E. Taunay no Instituto Geographico e Historico da Bahia. Conferencia realizada em Sessão de 20 de Agosto de 1927. *RGHB*, Salvador, 1928:343-370).

<sup>20</sup> Tranquilino L. Torres referiu-se no mesmo discurso à “enfermidade” tal qual flagelo gerado “pelo producto de raças degeneradas” (*RGHB*, 1998: 150). A questão das raças foi tema tratado pelos institutos (SCHWARCZ, 1993; SILVA, 2006)

<sup>21</sup> Propaganda, *RGHB*, 1998:59.

<sup>22</sup> “*Maxima sunt documenta equidem res temporis acti in proesens, validusque in veniens stimulus*” (Introdução, *RGHB*, 1998, no.1:4). Tradução na ordem direta “os documentos são as maiores coisas do ato do tempo, quando presentes, e válido estímulo quando ocorre (Agradecemos a tradução do Dr. Pedro Paulo Funari).

<sup>23</sup> Fim e Objecto do Instituto (Capitulo I, § 5º)(Estatutos do Instituto Geographico e Historico da Bahia. *RGHB*, Salvador, 1998, Anno I, setembro 1894, vol.1, no.1: 37..

<sup>24</sup> BREFE, Ana Claudia Fonseca. *O Museu Paulista: Affonso de Taunay e a memória nacional. 1917-1945*. São Paulo : Editora UNESP/Museu Paulista, 2005.

<sup>25</sup> A qualidade *semiófora* do objeto é tratada por POMIAN, Krzysztof. Coleção. *Enciclopédia Einaud* (vol 1. Memória e História). Portugal : Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1984:51-86.

<sup>26</sup> MENESES, Ulpiano B. de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. *Anais do Museu Paulista*. S.P. N. Ser. v2, 1994:9-42. Ver tb do mesmo autor op.cit. 2005: 24 a 29).

<sup>27</sup> Senhoras poderiam ser admitas (Estatutos..Da organização do Instituto. Parágrafo único. *RGHB*, 1998:39). Sobre os deveres dos sócios Capitulo III, Arts. 55 e 56..

<sup>28</sup> Capitulo II. Título II. Da direcção dos negócios do Instituto, Secção 3ª - Do 1º. Secretário, Art. 28, inciso 3º; a disposição dos empregados Secção 7ª., art. 35 (Estatutos...*RGHB*, 1998:44 e 46)

<sup>29</sup> Secção 2, art. 8 (grifo meu)(Estatutos....*RGHB*, 1998:39)

---

<sup>30</sup> Eram a princípio dez comissões: Admissão de sócios; fundos e orçamentos; Estatutos, revista, livros e jornais; Manuscritos, autógrafos e documentos; Geografia, história e etnografia; Estatística, demografia e história natural; Topografia, geodésia e arqueologia; Filatelia, numismática, cerâmica e inscrições; Mapas, cartas geográficas, plantas e retratos; Biografias. (Estatutos...*RGHB*, 1998:39)

<sup>31</sup> *RGHB*, 1998, anno IV, vol. IV, n° 11: 252.

<sup>32</sup> SILVA, op.cit.:1, 15 e 107

<sup>33</sup> MORAES, op.cit.:203 ss e 226.

<sup>34</sup> Actas das sessões. 7ª. Sessão em 24 de outubro de 1894. Offertas. *RGHB*, Salvador, 1998, Anno I, dezembro 1894, no.2:298.

<sup>35</sup> MORAES, op.cit.: 207.

<sup>36</sup> ALMEIDA, A.J.de; RIBEIRO, A.M.G.; BARBUY, H.; ANDREATTA, M. D. O Serviço de Objetos do Museu Paulista. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, vo.10/11, 2002-2003:240.